## PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Do Sr. JORGE GOETTEN)

Dá nova redação ao inciso XVI, do artigo 20, da Lei 8.036/1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, para disciplinar a hipótese de saque em decorrência de desastre natural.

## O Congresso Nacional decreta:

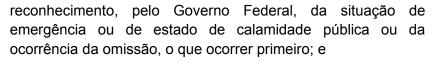
Art. 1º O inciso XVI, do artigo 20, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

٠.
:

- a) o trabalhador deverá ser residente em:
  - municípios com até 100.000 (cem mil) habitantes em situação de emergência ou em estado de calamidade pública, formalmente reconhecidos pelo Governo Federal; ou
  - áreas comprovadamente atingidas de Município maior de 100.000 (cem mil habitantes) ou do Distrito Federal em situação de emergência ou em estado de calamidade pública, formalmente reconhecidos pelo Governo Federal;
- b) o Governo Federal terá prazo de até 14 (quatorze) dias para decidir sobre o reconhecimento ou não previsto na alínea anterior:
- c) caso o Governo Federal não aprecie no prazo fixado na alínea "b", o saque será autorizado mediante a comunicação oficial da autoridade municipal ou distrital;
- d) a solicitação de movimentação da conta vinculada será admitida até 90 (noventa) dias após a publicação do ato de







e) o valor máximo do saque da conta vinculada será definido na forma do regulamento emitido pelo órgão competente.

,

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua Publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

É com lamento que vemos a situação caótica dos atingidos pelas enchentes no Estado do Rio Grande do Sul. O que for necessário ser feito para remediar perdas e luto deve ter nosso total empenho. Cremos que é primordial reforçar a proteção dos trabalhadores residentes em áreas atingidas por desastres naturais.

Uma das formas é assegurando-lhes maior agilidade e segurança no acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) nessas condições. A Lei do FGTS já possibilita o saque em situações de desastres naturais, mas é fundamental que essa liberação seja feita o mais breve possível. Diante disso, propomos a inclusão de um prazo de até 14 dias para que o Governo Federal decida sobre o reconhecimento de situações de emergência ou calamidade pública para garantir essa celeridade.

Em caso de omissão do Governo Federal, o saque estará autorizado mediante comunicação oficial da autoridade municipal ou distrital. O intuito é de que os trabalhadores sejam protegidos de eventual morosidade administrativa, assegurando que não fiquem desamparados em situações de urgência.

Cremos que as alterações propostas asseguram maior clareza e precisão nas regras para saque do FGTS, reduzindo incertezas e garantindo maior segurança jurídica tanto para os trabalhadores quanto para os órgãos





Apresentação: 03/07/2024 17:27:19.447 - MES♪

responsáveis pela gestão do fundo em momentos que a resposta do Estado precisa ser praticamente imediata.

Entendemos, por fim, os trabalhadores residentes em municípios cuja população seja inferior a 100.000 (cem mil habitantes) devem ter acesso ao saque do FGTS independente da sua residência ter sido diretamente afetada pela situação de emergência. Tal fato se deve à necessidade de se estimular a economia para facilitar a recuperação das comunidades em lugares com menor potencial econômico.

Por essas razões, esperamos contar com o apoio dos nobres Deputados e Deputadas para a aprovação da matéria.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado JORGE GOETTEN

2024-8446



